

Serviços SinergiA Ambientales

Boletín técnico de redes de servicios ambientales en Ibero-América



Caro Leitor,



Caro Leitor,

Considerando a riqueza de material produzido desde a COP15 em Copenhague, a primeira edição de SinergiA é novamente dedicada ao tema de REDD. Apesar de os resultados da COP15 terem sido recebidos com pouco entusiasmo, Pablo Martínez de Anguita consegue ver o lado positivo e Jacob Olander oferece recomendações práticas para preparar os projetos REDD já existentes visando a implementação de REDD a âmbito nacional. Convidamos a todos os leitores que não tiveram oportunidade de ler a última edição de SinergiA, a visitarem a nossa nova página <http://www.katoombagroup.org/newsletter.php>, na qual todas as edições anteriores estão disponíveis para consulta.

Atenciosamente,

As Redes SinergiA

[Baixar publicação como PDF](#)

Jan Borner
Iniciativa Amazonica

Andrea Garzon
RISAS

Pablo Martínez de Anguita
REDIPASA

Tommie Herbert
Katoomba Group

Stephanie Secomb
RACSA

OPINIÃO

[BACK TO TOP](#)

FLORESTAS: OS VENCEDORES DE COPENHAGUE

2/2010

Pablo Martínez de Anguita – Professor da "Universidad Rey Juan Carlos". Diretor da "Red iberoamericana de pagos por servicios ambientales"

Dezembro passado, em Copenhague - e seguindo a recomendação do relatório Stern, que quantificou as emissões do desmatamento em mais de 18% das emissões globais, sendo maior do que aquelas produzidas pelo setor de transporte global - os líderes do mundo reconheceram que a redução do desmatamento é uma oportunidade altamente rentável para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Sendo assim, no ponto seis do "Acordo de Copenhague", as partes reconheceram o papel fundamental da redução das emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD sigla em Inglês) e concordaram na criação de incentivos positivos, como mecanismos REDD +, para garantir recursos financeiros para os países em desenvolvimento. Tal financiamento para projetos REDD+ pode resultar na primeira mobilização em massa de fundos para a conservação de florestas tropicais que vem sendo ameaçadas cada vez mais.

Um mecanismo de REDD é um tipo de "Pagamento por Serviços Ambientais", no qual os países desenvolvidos repassam recursos a países em desenvolvimento, o que por sua vez, permite que esses países desenvolvam suas próprias estratégias e políticas para garantir uma gestão eficaz e a conservação de suas florestas. Um mecanismo de REDD + se distingue não apenas pela sua "integridade atmosférica" propícia para a estabilização das emissões de CO2 na atmosfera, mas também pela sua "integridade ecológica", mantendo os níveis de biodiversidade e outras funções do ecossistema florestal, como o fornecimento de água e alimentos, entre outras. Espera-se ainda que REDD+ tenha uma "base social de integridade", reconhecendo e respeitando os direitos dos povos indígenas e comunidades locais, garantindo que eles possam desenvolver seus meios de subsistência através da participação nos benefícios do mecanismo.

Os desafios de REDD + são complexos. Na maioria dos países elegíveis, a situação fundiária é frágil, e onde garantida, não é necessariamente a favor das comunidades locais que podem efetivamente garantir uma boa gestão dos recursos florestais. Também não é evidente que os mecanismos de REDD+ possam reduzir a pobreza



rural, que muitas vezes representa a causa raiz da degradação das florestas. Em particular na África, a FAO estima que 95% das florestas é propriedade do Estado, que tende a outorgar concessões florestais a empresas estrangeiras, em vez de favorecer as comunidades locais que habitam as mesmas florestas tradicionalmente. Da mesma forma, praticamente todos os autores consideram ser difícil desenvolver um mecanismo desse tipo em países onde ainda não existe uma gestão florestal adequada. Sem estas três questões resolvidas será praticamente impossível parar o desmatamento.

Se uma parte dos 30 bilhões de dólares prometidos em 2012 para ajudar os países menos desenvolvidos, fossem aplicadas nas estruturas que facilitem uma implementação de REDD+ como pagamento por serviços ambientais - justos e sustentáveis localmente, verificáveis internacionalmente e capazes de canalizar parte dos esperados 100.000 milhões de dólares anuais de fontes privadas e públicas - talvez não precisássemos dizer que o "Acordo de Copenhague" marcou o início do fim da mudança climática, mas sim o início do fim da perda das florestas tropicais do planeta.

O FIM DOS PROJETOS REDD?

25 de Fevereiro de 2010
Jacob Olander

A reunião de Bali da Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática em dezembro de 2007 provocou um boom de interesse em projetos REDD. Pela primeira vez, conseguiu-se um consenso nas negociações internacionais sobre a importância do financiamento, em grande escala e como parte de acordos sobre mudanças climáticas, da redução das emissões do desmatamento em países tropicais, e um roteiro para chegar a regras finais em Copenhague em dezembro de 2009.

Com essa luz verde - ou pelo menos amarela - ONGs, investidores e outros viram uma possibilidade real de financiamento que poderia inclinar a balança a favor de manter a floresta em pé. Em seguida, começaram a desenvolver projetos ao redor do mundo. Não há números exatos sobre quantos projetos estão em desenvolvimento, mas existem dezenas se não centenas, na esperança de atrair o financiamento dos mercados de carbono.

Mas enquanto pensam em REDD como um mecanismo voltado para projetos e para o mercado de carbono, o futuro dos projetos REDD é cada vez menos claro. O entusiasmo inicial de Copenhague diminuiu rapidamente com a escassez de resultados da COP 15, mas há outras tendências prejudicando as perspectivas desses projetos.

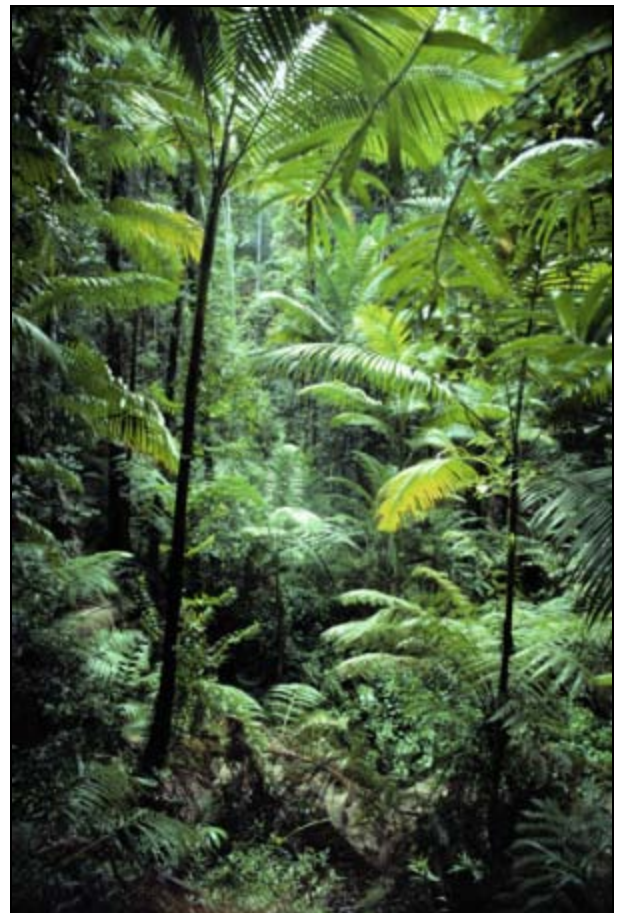
No contexto de negociações internacionais e de propostas de políticas nacionais, existe uma crescente ênfase em propostas que envolvam fluxos de verba pública - e a entrada de mecanismos de mercado para um futuro mais distante, a partir de 2015 ou até depois. Talvez pela natureza governamental dos negociadores, a maioria das propostas enfoca em fortalecimento de capacidades e ações do governo - políticas e programas nacionais ou sub-nacionais de estados, províncias ou departamentos.

O que significa isso para os projetos? Não está claro, mas parece haver um consenso - baseado nas recentes decisões da CMCCC, nas propostas legislativas dos Estados Unidos e da Califórnia - de que na medida em que estão incluídos, os projetos teriam que ser de alguma forma ligados a regimes de contabilização de reduções de emissões a nível nacional ou sub-nacional. A princípio, esse fato daria mais integridade à contabilização das reduções e pode limitar o desvio de fundos.

No entanto, ao mesmo tempo, envolve grandes desafios, pois a capacidade de alguns projetos vai muito além da capacidade de monitoramento e verificação dos governos a nível nacional. Será que podemos nos dar o luxo de esperar até um momento indefinido no futuro - segundo uma recente decisão da COP 15 - no qual se aplicará a verificação baseado em evidências? Enquanto os países desenvolvem suas capacidades continuam perdendo mais de 100.000 km² de floresta por ano.

No contexto dessas tendências, há lugar para o financiamento de projetos? é um cenário muito desmotivante para investimentos. Embora sejam imprescindíveis os programas e políticas para desenvolver diferentes modelos de desenvolvimento que provoquem menos desmatamento, os projetos - baseados em iniciativas locais que ajudam a desenvolver esforços inovadores - são um ponto-chave do contato entre recursos e ações, além de serem tangíveis e atraentes para o investimento privado. Temos de encontrar mecanismos que permitam coordenar o investimento local e o nacional.

O mercado voluntário de carbono pode ser uma alternativa, por não depender, aparentemente, da complexidade de normas governamentais e internacionais. Porém, o mercado voluntário está mudando, já que está cada vez mais voltado para investidores que têm a esperança de se destacar em relação a quaisquer regimes regulamentados e que dispõem de um menor percentual de créditos comprados por consciência ambiental e responsabilidade social. É inegável que a escala de impacto necessário para enfrentar o desmatamento requer passos além de mercados voluntários, com volume de US\$37 bilhões em 2008, enquanto REDD requererá entre US\$ 100 e 300 bilhões.



é cada vez mais necessário que criadores de projetos e investidores pensem além dos limites do projeto, afim de gerar credibilidade e viabilidade. Enquanto esforços isolados, os projetos terão menos chances de sucesso. A tarefa urgente é dividir entre projetos e autoridades regionais, o trabalho de desenvolver mecanismos técnicos, jurídicos e financeiros, que permitam o acoplamento entre projetos, modelos nacionais e fontes de financiamento internacionais.

Iniciativas como a do governo do estado do Amazonas (Brasil) e da Califórnia, e os processos que começam a ocorrer em alguns departamentos do Peru, entre outros, já são passos importantes.

PROJETOS

[BACK TO TOP](#)

PROJETOS FLORESTAIS DE CARBONO NA AMÉRICA LATINA: TENDÊNCIAS EM 2009

2009

O relatório "Estado do Mercado de Carbono 2009: Criando raízes e ampliando", fornece uma visão geral das transações de créditos de carbono REDD e projetos florestais em 2009. Seguem alguns fatos sobre o mercado de carbono de florestas na América Latina:

- ▶ América Latina, com 3,9 Mt CO₂ comercializadas lidera a lista de regiões, as quais dão origem aos créditos de carbono florestal
- ▶ 19 projetos na região representam 22% das transações globais.
- ▶ O valor acumulado das transações é o mais alto na América Latina: 29,6 milhões de dólares a um preço médio de 9,59 US\$/tCO₂, que aumentou para 11,48 US\$/t CO₂ em meados de 2009
- ▶ A América Latina tem a segunda maior área de terras influenciada pelo financiamento de carbono: 669.952 hectares.

Enquanto a América Latina continua líder em carbono florestal, mais que a metade dos créditos foi comercializada antes de 2002, quando a região gerou 70% do volume de mercado global. Assim, a quota global da América Latina diminuiu para 22% nos últimos 7 anos.

O relatório pode ser baixado aqui: http://moderncms.ecosystemmarketplace.com/repository/moderncms_documents/SFCM.pdf

ESTUDO GLOBAL COMPARATIVO DE REDD+ DE CIFOR

Em 2010 o Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR) inicia as atividades no seu Estudo Global Comparativo de iniciativas de Redução de Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal (GCS-REDD). Inicialmente o projeto, que tem como principal doador a Agência Norueguesa de Cooperação (NORAD), será implementado em países como Brasil, Bolívia, Camarões, Tanzânia, Indonésia e Vietnã. Pelo menos mais três países, um deles da América Latina, vão entrar no projeto até 2012.

O trabalho está dividido em quatro componentes inter-relacionados e simultâneos. Eles envolvem a análise de políticas e processos de REDD; a observação e documentação da implementação das atividades de projetos, e seus impactos; o desenvolvimento de níveis de referência e sistemas de monitoramento; e a disseminação ampla dos resultados da pesquisa.

Lem mais: <http://www.forestsclimatechange.org/survey.html>

PROJETO MACC PREPARA PARA REDD NO PERU

2010, Peru

Desde 2008, o Peru fortalece as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas por meio do projeto Conservação da Biodiversidade em áreas Naturais Protegidas do Peru para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas Planejada - MACC.

Este projeto, agora em sua segunda fase, ampliou a sua área de intervenção a 25 686 km² que compreendem seis áreas Naturais Protegidas localizadas na área central da Amazônia peruana e fazem parte do Sistema Nacional de áreas Naturais Protegidas do país.

O objetivo é evitar as emissões de gases de efeito estufa contendo processos de desmatamento que acontecem nesta parte da Amazônia peruana, utilizando duas estratégias principais: otimizar a gestão de áreas protegidas, incluindo as zonas-tampão, e promovendo alternativas sustentáveis de produção compatíveis com a conservação.



Selva Central na Amazonía Peruana: área de implementação do projeto MACC (Foto: Angel Armas)

Tudo isso é feito através de uma articulação inter-institucional, envolvendo como órgão executor, o Ministério do Ambiente, o serviços Nacional de áreas Naturais Protegidas - SERNANP e o Fundo de Gestão Financeira das áreas Protegidas Peruanas PROFONANPE com o financiamento da Cooperação Alemã (KfW) e do Ministério Alemão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Segurança Nuclear - BMU.

[LEM MAIS](#)

PADRÕES PARA REDD+

2010

Há pelo menos duas iniciativas em andamento, visando desenvolver normas sociais e ambientais para projetos de REDD e programas que também contribuem para a conservação, a gestão sustentável das florestas e o aumento de estoques de carbono florestal (REDD +):

1) A Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA) e a CARE Internacional facilitam um processo de desenvolvimento de padrões para um novo regime de REDD+ no formato de programas de governos e implementados a nível nacional ou Estado / província / região: <http://www.climate-standards.org/REDD+>

2) Representantes de diferentes setores envolvidos na questão de REDD no Brasil estão colaborando na elaboração de Princípios e Critérios Sócio-Ambientais para REDD + Brasil: <http://www.reddsocioambiental.org.br>

FERRAMENTAS

[BACK TO TOP](#)

FERRAMENTA OSIRIS PARA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DE CUSTOS DE REDD

OSIRIS – uma ferramenta de planilha para dar suporte ao planejamento de REDD+
Jonah Busch, Ph.D., Conservation International

A Iniciativa de Modelação Colaborativa de Economia de REDD+ desenvolveu uma planilha de Excel, usando código livre, para dar suporte a discussões internacionais no planejamento de mecanismos de REDD+. A ferramenta (OSIRIS, sigla em inglês) permite aos usuários comparar os custos e impactos de abordagens alternativas de financiamento de REDD+ em emissões e desmatamento considerando escopo e níveis de referência.

Os usuários podem fazer ajustes na entrada de dados e pressuposições sobre REDD+, tais como, desenho do nível de referência, preço do carbono, custo de transação, investimentos de “REEDiness” (preparativos), carbono subterrâneo, obstáculos institucionais, demanda global por terras com cobertura florestal, e o período de implementação de REDD+.

Ao clicar em um botão, a OSIRIS disponibiliza país por país as reduções de emissão (em toneladas de CO₂ por ano), desmatamento (hectare por ano), renda de REDD+ (em dólares por ano), e o custo-eficiência das reduções de emissões (dólares por toneladas de CO₂ por ano).



Resultados científicos baseadas na OSIRIS, apresentados no artigo “Comparando os impactos de custo e clima de níveis de referência para redução de emissões por desmatamento”, publicadas na revista Environmental Research Letters (4:044006), mostram que mecanismos de REDD+ são economicamente viáveis em prover benefícios para mitigações às mudanças climáticas na maioria de cenários de níveis de referência. Os cenários mais custo-efetivos de níveis de referência REDD+ se caracterizam por um bom equilíbrio entre incentivos para reduzir desmatamento historicamente alto e incentivos à manutenção de estoques de carbono conservados. Além disso um mecanismo REDD+ pode resultar em mais emissões evitadas se for integrado a estratégias que atendam demandas agrícolas fora das margens florestais.

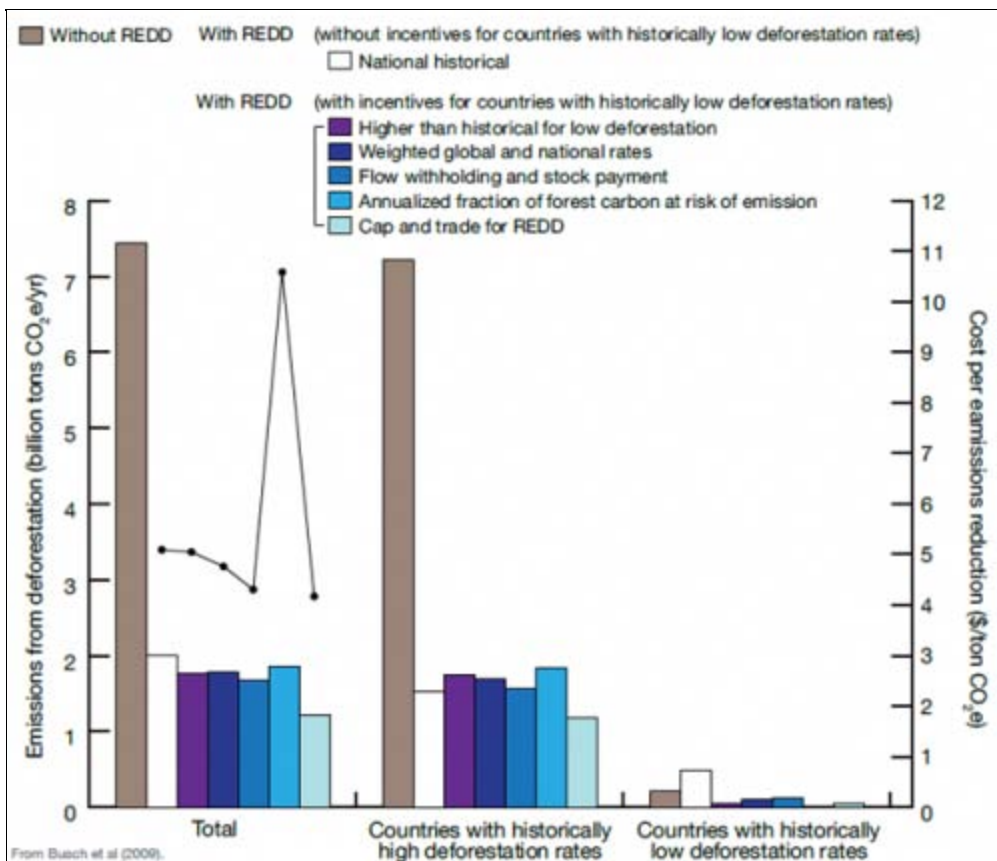


Figura. Os cenários mais custo-efetivos de níveis de referência REDD+ se caracterizam por um bom equilíbrio entre incentivos para reduzir desmatamento historicamente alto e incentivos à manutenção de estoques de carbono conservados (Busch et al, 2009). Imagem da tela da OSIRIS v 3.1.

A OSIRIS é baseada em um modelo econômico de equilíbrio parcial abrangendo 85 países, nos quais a agricultura e a madeira competem com a floresta para o uso de terras com florestas. A ferramenta incorpora vazamento de desmatamento e incentivos à participação em REDD+ específicos por país, em função de preços de carbono e commodities e níveis de referência de REDD+. A OSIRIS é calibrada através do uso de dados sobre cobertura florestal, perda de floresta, densidade florestal de carbono, densidade de carbono terrestre, e lucros de agricultura e exploração de madeira.

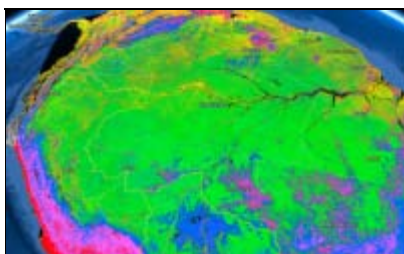
A OSIRIS é uma ferramenta da Iniciativa de Modelagem Colaborativa para Economia de REDD+, um consórcio da Conservation International (CI), Environmental Defense Fund (EDF), Woods Hole Research Center (WHRC), Terrestrial Carbon Group (TCG), e da University of East Anglia (EUA). O International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), World Resources Institute (WRI), Gordon and Betty Moore Foundation, David and Lucile Packard Foundation, e a Agência Norueguesa de Cooperação para ao Desenvolvimento (NORAD, na sigla em inglês) são alguns dos parceiros que contribuem para o desenvolvimento do produto final. A OSIRIS está disponível gratuitamente no endereço <http://www.conservation.org/OSIRIS>.

Novas opções, como ferramentas SIG, estão atualmente em desenvolvimento, para permitir comparações de impactos esperados de desenhos alternativos de incentivos de REDD+ na Indonésia, Peru e Madagascar. Serão incluídos opções como acordos sobre distribuição de benefícios, linhas de base sub-nacionais, “nested accounting”, regulações e incentivos setoriais, e políticas locais de uso da terra.

Para mais informações favor contatar Jonah Busch em [jbusch\[at\]conservation.org](mailto:jbusch[at]conservation.org).

O SISTEMA DE ANÁLISE LANDSAT DO CARNEGIE OU CLASLITE

10 de Dezembro de 2009



O Sistema de Análise Landsat do Carnegie (Carnegie Landsat Analysis System – Lite) ou CLASlite é um pacote de software projetado para permitir a identificação, bem automatizada, do desmatamento e da degradação florestal, a partir das imagens de sensoriamento remoto de satélites. Desenvolvido pela equipe liderada por Gregory Asner no Instituto Carnegie, o CLASlite incorpora o estado-da-arte da pesquisa científica sobre sensoriamento remoto numa ferramenta simples, fácil de usar e, ao mesmo tempo, poderosa. Essa ferramenta pode ser utilizada por instituições sem fins lucrativos e governamentais que necessitem de tecnologia de monitoramento florestal e planejamento ambiental.

<http://claslite.ciw.edu/pt/index.html>

PUBLICAÇÕES

[BACK TO TOP](#)

IMPACTO DE REDD EM POVOS INDÍGENAS E BIODIVERSIDADE

dezembro 2009

Nova publicação da Global Forest Coalition, “Realidades REDD: Como Estratégias para Reduzir Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal Podem Impactar na Biodiversidade e em Povos Indígenas em Países em Desenvolvimento” oferece um olhar detalhado na contribuição às discussões sobre Biodiversidade e Povos Indígenas em Países em Desenvolvimento, usando estudos de caso em sete países. Uma lista de sete questões aponta para a conclusão geral de que o debate sobre REDD deve ser levado em conta para a coerência de políticas a respeito dos principais acordos vinculativos legais relacionados a florestas, incluindo o artigo 4.1 da UNFCC, a Convenção da Diversidade Biológica e instrumentos de direitos humanos como a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas proposta pela ONU (UNDRIP, na sigla em inglês).

Publicação: (in english) <http://www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/publications/REDD-Realities.pdf>



PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NA AMAZÔNIA PERUANA

novembro 2009

O estudo intitulado “Pagamentos por Serviços Ambientais para a conservação de florestas na Amazônia peruana: uma análise de viabilidade” é o primeiro a avaliar quantitativamente a aplicabilidade do mecanismo de PSA para alcançar REDD no contexto amazônico peruano.

Apoiado pelo Serviço Nacional de áreas Naturais Protegidas (SERNANP) e pelo Fundo Nacional para áreas Naturais Protegidas pelo Estado (PROFONANPE), o estudo sugere que incentivos à conservação na modalidade de PSA podem ser aplicados em conformidade com a legislação ambiental do país. Porém, e ainda que haja boas condições econômicas para a viabilidade de PSA na maior parte da região, apenas poucas áreas tem sua situação fundiária suficientemente regularizada para viabilizar PSA em um futuro próximo.

Lem mais: <http://www.actualidadambiental.pe/?p=3495>

O QUE SIGNIFICA COPENHAGUE PARA O SETOR PRIVADO EM REDD+ ?

31/12/2010

O Acordo de Copenhague reconheceu a necessidade de um mecanismo para destinar verba a projetos para redução de emissões do desmatamento e da degradação florestal, ao mesmo tempo em que se promove conservação, reforço dos estoques de carbono e manejo florestal sustentável (REDD+). [Maria Bendana](#) aprofunda-se no último texto de negociação e oferece um resumo detalhado das questões mais relevantes e analisa o que os resultados significam para o engajamento do setor privado.

DESENHO DE REDD E IMPACTOS EM EQUIDADE

01/2010
Conservation Letters

A publicação colaborativa "Pagamentos REDD como incentivo para redução do desmatamento", sobre as perspectivas de REDD, argumenta que REDD deve ser focado em florestas em estado de sucessão. O estudo aponta ainda que esquemas de pagamentos pela redução de emissões no setor florestal do sudoeste de Gana, podem aumentar desigualdades econômicas, porque a maioria das florestas elegíveis para REDD são controladas por grandes proprietários.

<http://www3.interscience.wiley.com/journal/123245524/abstract>

REDD É DESVANTAGEM PARA OS POVOS DA FLORESTA?

01/2010
Rights & Resources Initiative

O relatório "O fim do interior: florestas, conflitos e mudanças climáticas" argumenta que a falta de regras internacionais obrigatórias para REDD poderia criar um ambiente de "Faroeste", no qual os direitos dos povos da floresta são ignorados por iniciativas REDD descontroladas.

GUIA DE PROJETOS REDD NA AMÉRICA LATINA

IDESAM & TNC

Este Guia foi desenvolvido pelo Instituto para Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) em parceria com "The Nature Conservancy-Brazil (TNC-Brazil)". Os autores desenvolveram uma abordagem visualmente atrativa para apresentar e comparar projetos-piloto e iniciativas REDD que estão sendo desenvolvidas nos países latino-americanos.

<http://www.idesam.org.br/noticias/cop15/casebook-web.pdf>

MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES REDD

Incubadora Katoomba



A incubadora Katoomba desenvolveu uma ferramenta chamada Exercício de Delimitação de Oportunidades em REDD (ROSE, na sigla em inglês). ROSE é uma ferramenta que permite classificar e priorizar potenciais atividades REDD+ sub-nacionais e avalia restrições críticas, por exemplo, associados aos âmbitos legais e institucionais nacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados ao seqüestro e a redução de emissões de carbono.

A nível nacional, a ferramenta ROSE proporciona uma rápida análise qualitativa (baseada na opinião de especialistas) para identificar oportunidades de redução de emissões em diferentes contextos florestais. A nível sub-nacional, a ROSE pode representar o primeiro passo num processo de análise de viabilidade. Isso proporciona um ambiente para abordagens estratégicas de REDD, nas quais atividades sub-nacionais respondem a demandas específicas. ROSE também reconhece a necessidade de pautar restrições políticas como pre-requisito ao sucesso a nível local. Os três estudos usando ROSE investiram, portanto, esforços consideráveis para avaliar restrições (e oportunidades) legais e institucionais para financiamento de carbono.

Este resumo apresenta a abordagem da ROSE e os processos aplicados em Tanzânia, Uganda e Gana em 2009.

<http://www.katoombagroup.org/events/ROSE.pdf>

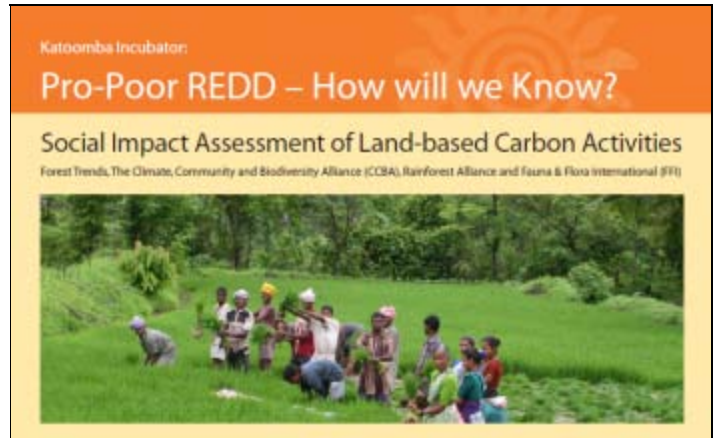
REDD E ALÍVIO DE POBREZA – COMO NÓS SABEREMOS?: IMPACTO SOCIAL DA REDUÇÃO DE EMISSÕES PELO USO DE TERRA

Katoomba Incubator

Este resumo apresenta uma iniciativa para apoiar o planejamento custo-efetivo de projetos de redução de emissões de carbono pelo uso de terra, através do desenvolvimento de um manual do usuário, para avaliação custo-efetiva do impacto social de projetos de carbono de múltiplos benefícios. A iniciativa é desenvolvida por uma parceria entre Forest Trends, a Climate, Community and Biodiversity Alliance, Rainforest Alliance, e Fauna and Flora International, que combinaram suas especialidades e experiência no financiamento de carbono, definições padrões, auditorias e desenvolvimento de projetos.

O manual de avaliação do impacto social (AIS) está sendo desenvolvido para acompanhar os padrões da Climate, Community and Biodiversity (CCB), os mais conhecidos e respeitados padrões de qualidade para projetos de redução de emissões por uso de terra com múltiplos benefícios. O objetivo é ajudar desenvolvedores de projetos a monitorar os impactos socioeconômicos de seus projetos, e obedecer aos requisitos de verificação do CCB ou outro padrão comparável. Os conceitos descritos no manual serão relevantes para uma larga escala de atividades de fixação e conservação de estoques de carbono no setor agropecuário e florestal tanto no âmbito de mercados voluntários quanto nos obrigatórios.

http://www.katoombagroup.org/events/pro-poor_redd.pdf



ANÁLISE LEGAL APONTA QUE TRIBOS INDÍGENAS BRASILEIRAS NA AMAZÔNIA DETÊM DIREITOS SOBRE O CARBONO

10/12/2009

Ecosystem Marketplace

Em dezembro, o Forest Trends lançou uma [análise legal através do escritório](#) de advocacia Baker & McKenzie, na qual concluiu que a tribo Suruí, e por extensão outras tribos indígenas brasileiras, tem clara propriedade dos direitos sobre o carbono em seus territórios demarcados. A tribo Suruí, composta de 1200 indígenas, entrou em contato com brasileiros de descendência europeia somente há 40 anos, e decidiram buscar financiamento no mercado de carbono internacional como um modo de proteger seu território na Bacia Amazônica.

Trabalhando com as instituições parceiras Kanindé, IDESAM e o Amazon Conservation Team, a Incubadora do Grupo Katoomba está proporcionando suporte técnico para a tribo Suruí, de modo a desenvolver e implementar projetos REDD em seu território. Esse trabalho demonstra que os direitos territoriais dos povos indígenas brasileiros se fortaleceram com o reconhecimento da posse dos estoques de carbono, e por isso governos de todo o mundo deveriam reconhecer a contribuição dos povos indígenas na conservação de florestas locais e seus respectivos serviços ambientais.

OPORTUNIDADES

[BACK TO TOP](#)

PROGRAMA DE ECONOMIA AMBIENTAL PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (LACEEP, NA SIGLA EM INGLÊS) RECEBE PROPOSTAS PARA FINANCIAMENTO DE PESQUISA

2010

Recursos de até 15 mil dólares estão sendo oferecidos a pesquisadores jovens, cidadãos de países da América Latina e do Caribe. Propostas preliminares (2 páginas) devem ser enviadas até 22 de Março de 2010.

Para ler mais: http://www.laceep.org/images/stories/x_call_for_proposal/x_-_call_for_research_proposals.pdf

Informações adicionais: <http://www.laceep.org/>

EVENTOS PASSADOS

[BACK TO TOP](#)

WORKSHOP: INSTRUMENTOS BASEADOS NO MERCADO E PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NAS FLORESTAS: UMA SOLUÇÃO REAL?

dezembro 17 2009

O workshop teve como objetivos:

- ▶ Apresentar os últimos conhecimentos científicos em instrumentos baseados no mercado (IBM) e mecanismos de PSA através de perspectivas teóricas e práticas;
- ▶ Discutir similaridades e diferenças entre esquemas IBM e PSA, definir e caracterizar os mecanismos;
- ▶ Proporcionar novos conhecimentos sobre aplicabilidade de IBMs e PSA para problemas florestais específicos.

O workshop contou com três sessões. A primeira sessão, "Um olhar atento sobre IBMs e PSA", apresentou os últimos conhecimentos teóricos sobre esquemas de IBM e PSA. Na segunda sessão, "IBM e PSA na prática: estudos de caso do setor florestal", foram apresentados vários estudos de caso provenientes de diferentes países, ilustrando a aplicabilidade dos mecanismos existentes para formulação de políticas florestais. A terceira sessão, "IBM e PSA – maldição ou cura?", concedeu tempo para uma extensa discussão entre os principais apresentadores do workshop.

Acesse este endereço para descrições mais completas das discussões:

http://www.efimed.efi.int/portal/events/mbi_and_pes_in_forestry/programme/conclusions/

DESENVOLVENDO UMA ABORDAGEM REGIONAL SOBRE REDD

Oficina de Incubadoras

Tarapoto, San Martín, Peru

10 - 11 de Fevereiro de 2010

O evento, convocado pelo Governo Regional de San Martín e pela Mesa REDD San Martín, com facilitadores do Grupo Katoomba, CarbonDecisions e Climate, Community and Biodiversity Alliance (CCBA), reuniu representantes da sociedade civil, comunidades nativas e entidades governamentais regionais para avaliar os avanços de REDD depois de Copenhague e seguir traçando metas de trabalho a nível de San Martín.

O evento enfatizou uma agenda de trabalho compartilhado para estratégias regionais de REDD. Em particular, o desenvolvimento de um cenário de referência para o Departamento, que permitiria harmonizar suposições e baixar os custos de projetos individuais, além de fortalecer as iniciativas do Departamento para reduzir o desmatamento. O Peru é um dos países latino-americanos que está dando muita ênfase no desenvolvimento de estratégias de REDD, que articulam projetos a níveis nacionais e sub-nacionais. A reunião foi promovida por Conservação Internacional e Amazônicos pela Amazônia.

Karina Pinasco, Amazônicos por la Amazonía [k.pinasco\[at\]ampaperu.info](mailto:k.pinasco[at]ampaperu.info)

ou

Jacob Olander, Incubadora, Grupo Katoomba, [jolander\[at\]ecodecision.com.ec](mailto:jolander[at]ecodecision.com.ec)

EVENTOS FUTUROS

[BACK TO TOP](#)

CURSO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS REDD, IDESAM, MANAUS, BRAZIL

22 a 25 de Março de 2010

Manaus, Brasil

Elaboração de Projetos e Atividades para Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)



O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), em parceria com a Carbon Decisions International e o Grupo Katoomba apresentam o primeiro curso "Elaboração de Projetos e Atividades de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)".

O objetivo do curso é fornecer informações de alto nível, além de capacitação em elaboração de projetos e atividades de REDD para tomadores de decisão e elaboradores de projetos no Brasil e demais países da América Latina, apresentando as bases teóricas e metodológicas necessárias para o desenvolvimento de projetos e iniciativas de REDD.

O público alvo são ONGs, empresas privadas, pesquisadores, consultores e atores governamentais que estejam envolvidos no desenvolvimento de programas, políticas e projetos de REDD em andamento.

http://idesam.org.br/treinamento_redd.htm

CURSO INTERNACIONAL: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PECUÁRIA TROPICAL, FACILITADO PELO CATIE

O terceiro [curso internacional do CATIE](#) é voltado para sistemas de incentivo a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas em sistemas pecuários tropicais, destinado a profissionais e mestres em agronomia. O curso será ministrado durante quatro dias e incluirá três dias de palestras teóricas, e um dia de aprendizado prático. Os interessados devem preencher o formulário de inscrição até 16 de abril de 2010. Para acessar o formulário e mais informações clique aqui.

SOBRE AS REDES

[BACK TO TOP](#)

QUEM SOMOS

	<p>Iniciativa Amazônica (IA)</p> <p>O Consórcio Internacional Iniciativa Amazônica para Conservação e Uso Sustentável de Recursos Naturais (IA) foi lançado em outubro de 2004, em sintonia com o marco político da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o objetivo de elaborar e implementar programas colaborativos que identifiquem e promovam sistemas sustentáveis de uso da terra na Amazônia. Os membros fundadores da IA são seis institutos de pesquisa agrícola dos países amazônicos, quatro centros do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), através de seu programa Proclitropicos. A IA promove e executa atividades de capacitação, assessoramento e, principalmente, pesquisa. Em 2008, a IA lançou seu programa Eco-regional (PER-IA), que tem o desafio de contribuir para melhorar os meios de vida no campo e conservar os ecossistemas amazônicos através da pesquisa para o desenvolvimento. Atualmente o escritório de coordenação da IA se localiza no centro Amazônia Oriental da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).</p> <p>http://www.iamazonica.org.br/</p>
	<p>A Rede de Interessados em Serviços Ambientais – RISAS</p> <p>A Rede de Interessados em Serviços Ambientais – RISAS – foi instituída no ano de 2005, com a participação de várias organizações e profissionais interessados em promover uma plataforma de reflexão e análise sobre os mecanismos de financiamento para a proteção e recuperação de serviços ambientais. RISAS é uma rede aberta, tem base em Quito, Ecuador e seu raio de ação abranja toda a Região Andina. A Rede utiliza diferentes ferramentas, como reuniões, e-mails, oficinas, seu página web (www.redrisas.org) e este boletim, para apoiar o aprendizado e diálogo sobre temas e experiências atuais relacionados aos mecanismos de financiamento da conservação e recuperação dos serviços ambientais.</p> <p>http://www.redrisas.org/quienes.php</p>
	<p>Grupo Katoomba</p> <p>Uma iniciativa da Forest Trends, o Grupo Katoomba é uma rede global de profissionais que trabalha para promover o uso e melhorar a capacidade de desenvolvimento de sistemas de pagamento por prestação de serviços ambientais. Desde 1999, o Grupo Katoomba enfrenta desafios de desenvolvimento de mercados de serviços ecossistêmicos, tais como a criação de estruturas de mercado e o refinamento de métodos para o desenho bem-sucedido de projetos. O Grupo Katoomba tem organizado 15 congressos a nível global e dezenas de oficinas de capacitação e, além disso, produziu publicações e ferramentas chaves e apóia o desenvolvimento de esquemas de PES, por exemplo, no âmbito do BioCarbon Fund (Banco Mundial) e o Fundo Mexicano de PSA. Katoomba contribuiu a discussões sobre políticas publicas envolvendo incentivos de conservação em países como China, Brasil, Índia e Colômbia e, em 2005, lançou o site Ecosystem Marketplace, uma das principais fontes de informação sobre mercados ambientais. Em 2006, o Katoomba Tropical América (iniciativa regional) foi criado para fortalecer capacidades na área de PSA e outras transações de serviços ecossistêmicos na América Latina.</p> <p>http://www.katoombagroup.org/</p>
	<p>A Rede de Aprendizado sobre Compensação por Serviços Ambientais (RACSA)</p> <p>A Rede de Aprendizado sobre Compensação por Serviços Ambientais (RACSA) foi instituída em 2006 com o objetivo de gerar uma plataforma que permita debater os benefícios dos incentivos econômicos como veículo para alcançar objetivos de conservação e melhorar o bem-estar da classe mais pobre na Bolívia. Objetiva ampliar o conhecimento sobre a compensação por serviços ambientais e mudança climática, impulsionando o desenvolvimento de políticas e iniciativas, através da realização de eventos que permitam apresentar experiências práticas e ainda o intercâmbio e divulgação de informações em formato digital e impresso. Os membros da RACSA incluem atores governamentais, não governamentais, privados e da sociedade civil interessados no futuro dos serviços ambientais do país. Para mais informações, pode-se visitar a página da web da Fundação Natura Bolívia, instituição que, presentemente, coordena a RACSA, no endereço http://www.naturabolivia.org/</p>
	<p>REDIPASA</p> <p>O objetivo da rede consiste em promover colaboração entre pesquisadores de países ibero-americanos relacionados com os sistemas de PSA, manejo de bacias hidrográficas, desenvolvimento rural e políticas de gestão e conservação de recursos naturais. REDIPASA incentiva o inter câmbio de experiências ,</p>



padronização de critérios e , projetos colaborativos de pesquisa para a melhorar os sistemas de PSA e suas metodologias de aplicação, monitoração . Com isso espera-se dar aos gestores territoriais um instrumento que poderá facilitar o desenvolvimento rural e a sustentabilidade ambiental em numerosas zonas, mediante a compensação por conservação aos habitantes do meio rural, muitas vezes submersos em pobreza. Por último, espera-se elaborar modelos de sistemas de PSA que permitam sua generalização e extensão a outras regiões ibero-americanas.